

Esporte, portuguêsização e diáspora: os luso-chineses de Moçambique

Lorenzo Macagno
Doutor em Antropologia
Universidade Federal do Paraná, Brasil
lorenzom@ufpr.br

Resumo: *O artigo reconstrói a tênue e paradoxal incorporação dos chineses da Beira (Moçambique) na “família portuguesa”. O trabalho se concentra, sobretudo, no período da década de 1950, quando Portugal buscou reforçar a sua ideologia colonial em termos de um suposto multirracismo exercido nas chamadas Províncias Ultramarinas. De que maneira esta portuguêsização foi promovida? Através do esporte e, mais especificamente, do basquetebol, os colonos chineses ganharam notoriedade e foram considerados “bons portugueses” e bons cidadãos. Baseado em um trabalho etnográfico multissituado realizado junto aos luso-chineses, este artigo reflete sobre o esporte em termos de uma dimensão significativa daquela modernidade colonial.*

Palavras-chave: *Esporte; Diáspora; Chineses; Moçambique.*

Abstract: *This article seeks to reconstructs the tenuous and paradoxical incorporation of the Chinese of Beira (Mozambique) into the “Portuguese family”. The paper focuses on the 1950 period, when Portugal sought to strengthen its colonial ideology with references to an alleged multiracialism in the so-called Ultramarine Provinces. How this portugulization was performed? Through sport and, more specifically, through basketball the Chinese settlers gained notoriety and were considered as a “good Portuguese” and good citizens. Based on a multi-sited ethnographic work conducted among the Luso-Chinese diaspora, this article aims to reflect on sport as a significant dimension of that colonial modernity.*

Key-words: *Sport; Diaspora; Chinese; Mozambique.*

Algumas vezes, aos domingos, eu e Ching íamos de burra (era assim que chamávamos as nossas bicicletas) pelas margens do Chiveve, para ver os pescadores de mussopo e as vendedoras de marora. O pequeno chinês olhava o poente sobre as águas barrentas e seus olhos estreitos pareciam ver paisagens para além do oceano. Certo dia, ele me convidou para assistir a um desafio de basquetebol. Jogava o seu clube de peito, o Atlético Chinês. “Meu pai não me deixa dizer o nome do Clube em português”, confessou. “E que outro nome tem o Clube?”. “É o Tung Hua Athletic Club”.

Mia Couto, “A China dentro de nós”, *Pensageiro frequente*, 2010, p. 40

Introdução

Este artigo resulta de uma investigação sobre a diáspora luso-chinesa, originária de Moçambique. A etnografia iniciou-se em Curitiba, por volta de 2006. Essa cidade foi o principal destino dos luso-chineses que saíram de Moçambique, entre 1974 e 1975. O encontro, em Curitiba, com esta comunidade, obrigou-me a retomar preocupações antigas (analisadas na minha tese de doutorado) sobre assimilacionismo, colonialismo português e mitologias lusotropicalistas. Portanto, após minhas sucessivas visitas a Moçambique, iniciadas em 1996, acabei encontrando, vinte anos depois, um fragmento daquele país, por assim dizer, *at home*. Imediatamente, a pesquisa tornou-se “multissituada”, pois, nos últimos anos, tenho entrevistado e visitado famílias da diáspora que, além do Brasil, residem em Portugal, Estados Unidos e, uns poucos remanescentes, em Moçambique¹.

A pergunta que inicialmente surge é: por que esporte e “portugalização” estão irremediavelmente associados a esta diáspora? Nos últimos anos, o estudo da relação entre esporte e as dinâmicas de construção de subjetividades individuais e coletivas tem crescido exponencialmente². Aqui trataremos sobre as repercussões socioculturais de uma prática esportiva – o basquete – em um contexto colonial singular. O cerne da questão se situa nesse par quase indissociável: “esporte/nação”. Para tanto, analisamos a relação entre aquela prática esportiva e a construção de um *ethos*, que foi funcional a um projeto hierarquizante e exclusivista. Em grande medida, os chineses de Moçambique conseguiram ocupar, de maneira bem-sucedida, os estratos médios da sociedade tardo-colonial. Porém, o esporte foi não apenas um simples meio de integração nessa sociedade, mas uma espécie de sistema cultural, uma linguagem que era preciso “ler” e interpretar para entender o suposto caráter e a idiossincrasia dos chineses. A imprensa colonial, veremos, teve um papel chave nessa empreitada hermenêutica.

1 Gostaria de agradecer a todas as famílias oriundas de Moçambique que, ao longo destes anos, aceitaram conversar comigo. Um agradecimento especial para Kwan Vei Quio, sempre solícito e disponível para esclarecer minhas dúvidas; foi Quio quem, com grande generosidade, forneceu-me várias das fotografias reproduzidas neste artigo. Consegui realizar a pesquisa documental no Arquivo Histórico de Moçambique, em 2009, graças à inestimável ajuda de António Sopa. Esta pesquisa é, também, desenvolvida, graças ao apoio de uma bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq (Proc. nº 307974/2018-9).

2 Mesmo nos limitando ao caso dos espaços oriundos da colonização portuguesa, a literatura é extensa. Sem dúvidas, o caso do futebol tem sido mais amplamente abordado. No Brasil, a produção bibliográfica sobre o tema é volumosa. Infelizmente, carecemos de espaço para citar alguns desses trabalhos. Porém, vale a pena mencionar as contribuições pioneiras de José Sérgio Leite Lopes, Simone Lahud Guedes e Carmen Rial. Para o caso de Moçambique, dentre os trabalhos redigidos nos últimos anos, importa mencionar: Nuno Domingos, *Futebol e Colonialismo. Corpo e Cultura Popular em Moçambique*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012. Marcos Cardão, em *Fado Tropical. O Luso-Tropicalismo na Cultura de Massas (1960-1974)*, 2014, dedicou um capítulo à emblemática figura de Eusébio da Silva Ferreira. Nascido em Moçambique, Eusébio se tornou, a partir da década de 1960, o maior jogador da história do futebol português e um símbolo nacional em pleno período tardo-colonial.

A maioria, como anunciáramos, se instalou na cidade de Curitiba; ali desenvolveram suas atividades comerciais e profissionais e fundaram, em 1989, a Associação Cultural Chinesa do Paraná. Ainda hoje, o *habitus* sociocultural desta diáspora está perpassado pelas práticas associativistas e esportivas nascidas no Moçambique dos anos 1940-1950.

É provável que um dos protagonistas que estimulou a “escolha” de Curitiba tenha sido o irmão Cordeiro, figura conhecida, nos anos 60 e 70, do Colégio Marista da Beira (Moçambique), onde muitos chineses cursaram o Liceu. Nascido no sul do Brasil, após ter frequentado seus estudos maristas na Escola Normal Superior, no Instituto Champagnat de Porto Alegre, o irmão Armando Corbellini, mais conhecido na Beira como “irmão Cordeiro”, parte para a África em 1948. Nas vésperas da independência de Moçambique, escapa pela fronteira e consegue chegar à Rodésia (atual Zimbábue) onde toma um avião para Portugal. Os Irmãos Maristas de Portugal o acolheram por um período. Em 1975, retorna ao Brasil fixando residência no Rio de Janeiro. Precisamente, um dos trabalhos que o “irmão Cordeiro” realiza no Rio de Janeiro consiste em receber e recolocar os “colonos” de Moçambique e Angola em lugares adequados. Essas tarefas foram realizadas no contexto do MAEP (Movimento de Apoio ao Emigrante Português) fundado no Rio de Janeiro em setembro de 1975.

Recordemos, de passagem, que, na famosa viagem que realizou, a convite do ministro de Ultramar Sarmiento Rodrigues, pelas “terras portuguesas” de Ásia e África, Gilberto Freyre se deteve na cidade moçambicana da Beira. Naquela ocasião, em 1952, nas instalações do chamado “Clube Chinês” (Chee Kung Tong), os dirigentes da crescente e ativa comunidade chinesa ouviram com admiração o discurso do escritor brasileiro. Era o momento em que Gilberto Freyre se afastava, cada vez mais, das inovadoras provocações de *Casa Grande & Senzala* (1933) para abraçar, definitivamente, o credo luso-tropicalista. Certamente, ele jamais imaginaria que seus interlocutores daquele dia – esses luso-chineses e seus filhos – instalar-se-iam no Brasil, quase vinte anos após aquele encontro.

De Guangdong a Moçambique

Na segunda metade do século XIX, como consequência do fim do tráfico de escravos, as grandes companhias – e os proprietários das *plantations* – começam a incorporar a força de trabalho chinesa proveniente, sobretudo, da província de Guangdong, no sul da China. Algumas ilhas do Oceano Índico e do Caribe recebem, então, os primeiros *coolies*. É precisamente no ínterim desse processo que a mão de obra chinesa começa a chegar à África Oriental e à África do Sul. Em Moçambique, a maioria dos chineses se instalou na cidade da Beira. Alguns anos mais tarde, a chamada Companhia de Moçambique (1891-1942) recebe a concessão dos territórios de Manica e Sofala, cuja capital era, precisamente, a cidade da Beira.

3 Nas fontes coloniais, os membros deste grupo são nomeados, em geral, “chineses”, e em outras ocasiões, “súbditos chineses”. Nos censos coloniais, são classificados como “amarelos”. Eduardo Medeiros, no seu trabalho pioneiro, prefere falar em termos de “sino-moçambicanos”. A categoria nativa, ou seja, aquela usada pelos próprios chineses da Beira nas suas conversas íntimas é a de “bei-la yan”, que em cantonês significa “pessoas da Beira” ou, simplesmente, “beirenses”. Apesar de se tratar de uma identidade eminentemente múltipla, ao longo deste trabalho opto pelo termo “luso-chineses”, por considerar que tal denominação expressa mais adequadamente a experiência “portuguesa-colonial” e, ao mesmo tempo, “oriental-diaspórica” do grupo.

4 O termo “coolie” provavelmente deriva do hindi “quli”, cujo significado é trabalhador sazonal. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o termo foi utilizado para nomear os trabalhadores de baixo *status*, provenientes da Ásia e da Índia. Com o tempo, foi assumindo o viés de um epíteto racial.

Os primeiros contingentes de chineses que chegam a Moçambique são, na sua maioria, compostos por pequenos artesãos e carpinteiros; outros se dedicariam à pesca e à horticultura. Ao longo de décadas, numerosas companhias de capital britânico, tais como a *South African Timbu*, a *East African Shipping*, a *Allen Wack* e a *The Beira Boating Company*, instalaram-se na região, incentivadas pela existência do corredor econômico e comercial entre Rodésia e Beira, cujo porto constituía a única saída ao mar para o país vizinho. Muitos chineses, bem como seus descendentes, empregaram-se nestas filiais⁵. Os filhos daqueles pioneiros, já nascidos em Moçambique, destacaram-se, sobretudo, como comerciantes e donos de restaurantes. Alguns se empregaram como pequenos funcionários da administração colonial, no porto e na alfândega. Mais tarde, os mais bem-sucedidos conseguiriam fazer fortuna, atuando como empresários e construtores.

Muitas das primeiras famílias que chegaram a Moçambique não cortaram seus vínculos com Guangdong ou com a China em geral. Alguns dos filhos e netos dessa primeira geração foram enviados para estudar – ou mesmo para passar um período com parte da família que não pôde se deslocar a Moçambique – em Macau e Hong Kong. Já na década de 1930, os violentos ataques japoneses às aldeias de Guangdong, durante a guerra sino-japonesa, fizeram com que aqueles que ainda esperavam retornar à China mudassem definitivamente de ideia. Assim, a África passou a ser um destino definitivo.

Vale a pena lembrar que a história da província de Guangdong está intimamente relacionada ao tortuoso processo de construção do nacionalismo chinês que, por sua vez, teve profundas repercussões entre as comunidades chinesas do ultramar. Em 1895, após formar a Sociedade para a Refundação da China, Sun Yat Sen decide que a província de Guangdong seria o ponto de partida das atividades revolucionárias. O papel que as associações chinesas tiveram no exterior seria fundamental na promoção da causa republicana. A principal destas associações – com filiais em vários continentes – era a Chee Kung Tong, cujos códigos e práticas associativas respondiam aos princípios da maçonaria. Suas origens remontam ao século XVIII, quando seus associados pretendiam conspirar contra a dinastia Ching, ligada aos Manchu. A partir do século XIX, as filiais da Chee Kung Tong se estendem por todo o Sudeste Asiático, América, Canadá, Austrália, África do Sul e, como veremos, Moçambique.

O surgimento do Clube Atlético Chinês

O que poderíamos chamar de pré-história do Clube Atlético Chinês remonta à primeira metade da década de 1920, quando é criada, na cidade da Beira, no centro de Moçambique, a associação Chee Kung Tong Club, que respondia, no ultramar, às mencionadas lealdades republicanas e nacionalistas inspiradas em Sun Yat Sen. Seus estatutos foram legalmente aprovados em 22 de fevereiro de 1923, pela Ordem nº 4.449 do Governo do Território da Companhia de Moçambique. Conforme essa normativa, a Chee Kung Tong era considerada uma associação beneficente e de instrução, cuja finalidade era promover o bem-estar moral e material da comunidade chinesa. A partir da década de 1930, ela passa a ser classificada, em virtude da reforma administrativa do ultramar, como “corporação administrativa”. No final de 1923, a associação consegue finalizar a construção da sua sede: tratava-se de um importante edifício situado na “baixa” da cidade (no centro) que seria popularmente conhecido como Clube Chinês.

⁵ Estas companhias ofereciam bastante estabilidade econômica aos seus funcionários chineses, pagando-lhes, geralmente, em escudos, libras esterlinas e ouro (Informação pessoal de A. Y., New York, 28/05/2010).



IMAGEM 1: Edifício do Chee Kung Tong (conhecido como “Clube Chinês”) na Beira, Moçambique, onde se iniciaram as primeiras atividades associativas da comunidade chinesa

Em 1943, o Chee Kung Tong Club (Clube Chinês) solicitou à Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Beira a autorização para fazer uso de dois terrenos situados nas suas adjacências, com o objetivo de criar um espaço para a prática de “exercícios físicos e desporto”⁶. A autorização, ainda que em caráter temporário, foi concedida. Nessa época, o Chee Kung Tong Club já era considerado uma instituição de “beneficência, recreio, educação e instrução da comunidade chinesa” residente na Beira. Em 1944, a partir de uma licitação pública, a instituição consegue os terrenos de forma definitiva. Ali se construiria, no início dos anos 50, a Escola Chinesa e uma quadra de basquete⁷. Portanto, do núcleo inicial conformado pelo Chee Kung Tong Club surgiram, em virtude da aquisição desses novos terrenos, outras duas instituições igualmente importantes: a Escola Chinesa e o Clube Atlético Chinês (Tung Hua Athletic Club).

Um dos principais dirigentes envolvidos em todo esse processo foi Eginwo Shung Chin, falecido em julho de 1962 aos 67 anos, pai de João Ping (este último foi um dos primeiros jogadores de basquete da equipe masculina do Atlético Chinês). Esta família possuía um dos mais importantes estúdios de fotografia na cidade da Beira: o Foto Estúdio.

A família também era proprietária de uma fazenda em Massaquece, perto da fronteira com a Rodésia. No final de 1940, os velhos fundadores do Chee Kung Tong começam, gradualmente, a deixar espaços para as novas gerações de jovens empreendedores. Serão estes jovens os que, nos anos 50, levarão adiante a Escola Chinesa e o Tung Hua Athletic Club (Clube Atlético Chinês). Contudo, até pelo menos o final dos anos 40, o Chee Kung Tong continuou sendo o único interlocutor institucional da comunidade chinesa diante da administração colonial.

6 Arquivo Histórico de Moçambique (doravante usarei a sigla AHM), Fundo do Governo do Distrito da Beira, Assuntos Municipais e dos seus Organismos Autônomos, Actas 1942-1944, cx 92 – Acta nº 55, Sessão Ordinária da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Beira de 23 de dezembro de 1943, p. 4.

7 Tratava-se do talão nº 223. Na licitação pública participaram também o particular Augusto Ramos de Pádua e a firma Ebrahim Noormahomed & Irmãos. A base da licitação foi de 6.025\$00 e o Chee Kung Tong Club ofereceu 6.424\$00. AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, Assuntos Municipais e dos seus Organismos Autônomos, Actas, 1942-1944, cx. 92 – Acta nº 17, Sessão Ordinária da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Beira de 20 de abril de 1944, p. 22.

Quando, após a definitiva aquisição dos terrenos, em julho de 1947, estes jovens solicitam à administração a aprovação dos estatutos de um novo Clube (o já mencionado Tung Hua Athletic Club), tal solicitação é rejeitada sob o argumento de que “A colônia chinesa já possui há muitos anos nesta cidade um clube denominado Chee Kung Tong Club (...) e dos seus estatutos consta que os mesmos se podem dedicar à prática de jogos desportivos...” (*apud* MEDEIROS, 1998: 30). Ou seja, tudo indica que, nos primórdios, o Tung Hua Athletic Club (Clube Atlético Chinês) precisou do apoio institucional do Chee Kung Tong que era, ao menos até esse momento, a única instituição da comunidade chinesa reconhecida pela administração⁸.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o Clube Atlético Chinês manterá uma intensa atividade esportiva e associativa, até que entre 1974 e 1975 – por motivos que analisaremos mais adiante – os luso-chineses começam a sair do país. Kwin Yin foi, em 1952, um dos primeiros presidentes da Associação Chinesa e do Clube Atlético Chinês. Posteriormente, a presidência do Atlético foi assumida por Chin Yok Chong – mais conhecido como Chong. Após o seu falecimento em virtude de uma grave doença, o Atlético Chinês passa a ser presidido por José Sousa Low e, finalmente, por Poo Quin, no início dos anos 70⁹.

Convém recordar que o basquetebol não foi o único esporte praticado pelos chineses da Beira. Nessa época (1950-1960), muitos também se dedicavam ao tênis de mesa, ao *badminton* e às artes marciais (ver MEDEIROS: 2013). Alguns, inclusive, chegaram a fazer suas incursões como jogadores de futebol em alguns dos clubes locais. Porém, foi através do basquetebol que os chineses ganharam notoriedade. Não sabemos exatamente o porquê da eleição deste esporte; tampouco conhecemos o motivo da iniciativa de construir, ao lado do Clube Chinês, uma quadra de basquetebol. É possível que essa decisão estivesse relacionada com os intensos vínculos pessoais, associativos e políticos que os chineses beirenses mantinham com seus pares da Rodésia e da África do Sul, onde também existiam associações, clubes e escolas semelhantes aos da Beira. Em Johannesburg, por exemplo, a comunidade chinesa tinha conseguido construir uma quadra de basquetebol próxima das instalações da *Overseas Chinese School*, também conhecida como *Johannesburg Chinese School*. Em 1939, seus pupilos – graças às iniciativas de Fok Yu Kam e Leong Pak Seong – conseguiram formar uma equipe, chamada “629”, que chegou a jogar contra a equipe de Pretória (YAP & LEONG MAN, 1996: 290). A partir de 1950, as disposições segregacionistas do *Group Areas and the Reservation of Separate Amenities* impediu que chineses da África do Sul participassem de torneios com outros – na linguagem do *apartheid* – “grupos raciais”. Nesse momento, e para neutralizar o ostracismo provocado por tal medida segregacionista, o Atlético Chinês, juntamente com os seus pares chineses da África do Sul e da Federação da Rodésia e Niassalândia, passou a organizar torneios regionais de basquetebol. Assim, os chineses da Beira começaram a viajar com mais frequência a Salisbury, Bulawayo, Pretória e Johannesburg.

8 Informação confirmada a partir de entrevista realizada com o senhor Hee Noun em Curitiba (Brasil), em 12 de abril de 2011. Hee Noun (mais conhecido como “Nuno”), hoje com 92 anos, é um dos membros mais antigos da diáspora de chineses beirenses que vivem no Brasil.

9 Curitiba, entrevistas com K.V.Q., 2006-2009.



IMAGEM 2: Nesta fotografia, de início de 1950, aparece a primeira formação da equipe masculina de basquete do Atlético Chinês, em viagem da Beira a Lourenço Marques. Agachados, começando da esquerda: Po Wing; H. Chau; João Ping; Chin Yok Chong. De pé, a partir da esquerda: Voi You; Poo Quin; Fone Guine.

A construção de um *habitus*: os “simpáticos” chineses

Entre 1950 e 1960, os jornais *Notícias da Beira* e *Diário de Moçambique* começam a retratar, com uma atenção crescente, acontecimentos relacionados à comunidade chinesa: eventos esportivos, reuniões com autoridades locais, festividades, bem como entrevistas e obituários. Estas matérias jornalísticas encontram-se perpassadas por um tom celebratório e adulator. Aprendendo a ocupar o “seu lugar” e colaborando prestimosamente com a sociedade beirense, estes chineses se tornariam, aos olhos dos seus adutores, “bons portugueses” e “simpáticos” cidadãos. A partir desses pequenos rituais de reconhecimento, a portugalização iniciava seu percurso.

Tomemos, a título de exemplo, o obituário publicado em 1958, sobre o falecimento de Mon Man, dirigente da Associação Chinesa e da Escola Chinesa:

Após prolongado sofrimento, faleceu ontem na Casa de Saúde o velho colono Mon Man. O extinto que era natural de Toi Shan – Cantão – contava 66 anos de idade, 42 dos quais passados na nossa cidade onde era comerciante. Desempenhava ainda as funções de Vice-presidente da Associação Chinesa, onde também tinha sido presidente, sendo grande obreiro da nova Escola daquela simpática Associação¹⁰.

Nesta nota, dos aspectos que mais sobressaem é, talvez, o uso do adjetivo “simpática” para se referir à Associação Chinesa. Este tipo de enunciado – de imputação de simpatia – não constituía uma elaboração isolada. Ao contrário, era parte de uma narrativa tardo-colonial mais ampla, na qual a adulação em relação, pelo menos aos potenciais aliados, constituía um traço onipresente.

10 “Necrologia: Mon Man”, *Diário de Moçambique*, Beira, 2 de setembro de 1958, p. 7.

Como uma espécie de ritual de reconhecimento público que se desenrola ao longo dos artigos jornalísticos dedicados à comunidade chinesa, é possível identificar tais narrativas de compatibilidade e afinidade¹¹.

Em outra ocasião, o alvo de atribuição de simpatia foi a Associação da Juventude Católica Chinesa da Beira. O jornalista ressalta os valores de “elevação”, “simplicidade” e “alegria” em torno daquele grupo. Tratava-se da comemoração do quarto aniversário da associação. O jornal comentava:

Comemorando o quarto aniversário da sua fundação e em honra de sua Padroeira Nossa Senhora da Conceição, a Associação da Juventude Católica Chinesa da Beira levou a efeito, no salão do edifício da Acção Católica, uma interessante festa, que decorreu num ambiente de muita elevação, simplicidade e alegria. Eram 15 horas quando o presidente da Associação, Luis Chin, tomou a palavra para saudar todos os presentes, dar a razão de ser da festa e agradecer a quantos têm dedicado a sua atenção e carinho a esta jovem mas prestimosa e simpática agremiação, destinada a unir, amparar e estimular os jovens cristãos chineses da Beira¹²

Ao atributo de “simpática” agregam-se, na nota citada, os de “jovem” e “prestimosa”.

Contudo, foi sem dúvida no âmbito da prática do esporte – e mais especificamente em torno do crescente protagonismo que os chineses da Beira adquiriram como basquetebolistas – que o adjetivo de “simpáticos” mais se expandiu e se reproduziu. Já em 1960, quando a equipe feminina de basquetebol ganhou o campeonato da Beira, o jornalista que cobriu o evento qualificou a equipe como “campeã da simpatia”¹³. Na sua dinâmica classificatória de atribuição de um caráter, um *ethos*, ou um “estilo”, o termo iria se tornando uma espécie de operador étnico recorrente para se referir aos chineses beirenses como um todo.

Em 1954, Agostinho de Campos, jornalista do *Diário de Moçambique*, fez uma longa entrevista com o “avançado direito” do Atlético Chinês, João Ping (ou John Ping). Naquela época, João Ping contava apenas com 22 anos, mas perfilava como uma grande individualidade da sua equipe. Na entrevista, acompanhada também por uma fotografia, o jornalista se referia a João Ping como “O jogador Nº 4 do simpático Atlético”¹⁴.

Mas antes disso, por volta de 1953, o *Diário de Moçambique* começa a publicar, periodicamente, uma seção dedicada às equipes de basquetebol da Beira, intitulada “Galeria dos Campeões”. Por ali desfilariam a equipe masculina de “honras” do Atlético Chinês (ou seja, a equipe principal), bem como as equipes femininas e *juniors*. O título que acompanha a nota sobre a equipe masculina não poupava elogios: “Esta é a nossa melhor equipa de basquetebol: O Atlético Chinês”. O grupo é apresentado como “consciente” e “simpático”¹⁵.

11 Debrucei-me, com mais detalhe, sobre os desdobramentos epistemológicos e antropológicos daquilo que denominei a “construção colonial da simpatia” em uma conferência que ministrei no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em 30 de setembro de 2015. Ver, para mais detalhes “Uma construção colonial da simpatia? A propósito do problema das 'afinidades eletivas'”: https://www.youtube.com/watch?v=1jYqSjCSH_U.

12 “A Associação da Juventude Católica Chinesa em festa”, *Diário de Moçambique*, Beira, 10 de dezembro de 1958, p. 9.

13 “Basquetebol. O Sporting em honras e A. Chinês em femininos são os novos campeões da Beira”, *Notícias da Beira*, fevereiro de 1960.

14 “Ouvindo um ás. John Ping. Um nome que é uma lenda do nosso basquetebol”, *Diário de Moçambique*, Beira, 15 de março de 1954, p. 6.

15 “Galeria dos Campeões. Esta é a nossa melhor equipa de basquetebol: O Atlético Chinês”, *Diário de Moçambique*, Beira, 9 de abril de 1953.

Quase duas semanas mais tarde, chegou a vez de prestar homenagem à equipe júnior do Atlético. Mais uma vez, as “Duas palavras” da nota de apresentação se iniciam com a categoria de adulação, já tantas vezes repetida: “A equipa de juniores do simpático Atlético Chinês é, sem sombra de qualquer dúvida, uma turma de futuro”¹⁶.

Poucos dias depois, o mesmo jornal realiza uma homenagem à equipe feminina do Atlético. Nessa ocasião, os membros foram qualificados como “briosos”, “aprumados” e “bons esportistas”. O atributo da “simpatia” também voltou a aparecer. Desta vez, o termo aparece três vezes ao longo do mesmo texto: uma para se referir ao Atlético como um todo, e as outras duas, para descrever a sua capitã, Julieta Yee¹⁷. Quase um ano depois, o *Diário de Moçambique* dedicaria uma reportagem completa à Julieta Yee que, atualmente, mora em Curitiba. O primeiro atributo que o título da nota anuncia para se referir a esta esportista é “simpatia”. Na continuação, no final da primeira coluna, podemos ler: “É evidente que, para os desportistas locais, a sonância deste nome é familiar, Julieta Yee, gentil capitã da mui simpática turma de basquetebol do Atlético Chinês...”. Mais adiante, o entrevistador descreve o contexto e o momento em que se deu a entrevista – o intervalo de um treino – e acrescenta: “Agora já toda a turma deixou o treino. Em nosso redor o grupo é maior. Trocam-se impressões. Há uma sincera boa disposição. São simpáticas – extremamente simpáticas – as jovens do Atlético Chinês”¹⁸.



IMAGEM 3: Acima à direita: Kwing Yin (um dos fundadores da Associação Chinesa da Beira). Agachada (segurando a bola) aparece Julieta Yee, a protagonista da nota jornalística acima mencionada.

16 “Galeria dos campeões. Eis um combinado do futuro: Os juniores do Atlético Chinês”, *Diário de Moçambique*, Beira, 24 de abril de 1953, p. 4.

17 “Valores do Desporto Beirense. O grupo feminino do Atlético Chinês”, *Diário de Moçambique*, Beira, 28 de abril de 1953, p. 4.

18 “Uma simpatia, uma esportista e um valor são atributos de Julieta Yee, capitã do “cinco” de basquetebol do Atlético Chinês”, AHM, *Diário de Moçambique*, Beira, 24 de janeiro de 1954.

Entre o final de 1950 e o início de 1960, alguns jogadores e jogadoras do Atlético Chinês começam a ter um destaque nacional. Houve, inclusive, quem continuasse, a convite de dirigentes de clubes portugueses, a sua carreira no basquetebol profissional na Metrópole. Foi o caso de Quen Gui que, em 1964, é contratado para jogar no clube Associação Acadêmica, de Coimbra. Tempos depois, em plena “guerra colonial”, é mobilizado para defender a bandeira portuguesa. Assim, permanece entre 1972 e 1974 atuando como *furriel* do exército na província de Tete, uma das regiões de Moçambique onde a guerra contra a FRELIMO se desenvolveu com mais intensidade. Quen Gui participou em numerosos campeonatos nacionais em Portugal e, ainda hoje, é lembrado como uma das grandes figuras históricas da Acadêmica.



IMAGEM 4: Nesta foto, do início de 1950, aparece a equipe de “Oriental” que era, na Beira, rival do “Atlético Chinês”. O clube Oriental surgiu como uma excisão do Atlético, em decorrência da iniciativa de alguns dirigentes “abastados”. O presidente de Oriental era Yee Wai, avô de Kock Joon, também jogador de basquete e hoje residindo em Hong Kong. O irmão de Yee Wai era Yee Shung Chin, que foi presidente da Associação Chinesa (e quem assina o discurso endereçado a Gilberto Freyre quando este visitou Moçambique; ver o próximo ponto). Feminino: (7) Julia Fung; (13) Lai Sing (falecida); terceira, ao meio (sem número visível) Margarida Ho; quarta (não identificada); (10) Chin Fung Mei; (11) Gina Fung. Masculino: (14) Armando Fung; (12) George Tam; (7) Chin Gai Man; (9) Mario Koon; (4) Chan Hung Peu; (16) Ping Koon; (5) “Maravilha” (apelido); (11) Chin Chick Lim (conhecido como Pedro, ou “Lima”).

O contexto de elaboração das narrativas jornalísticas acima referidas coincide com o momento em que Portugal pretendia mostrar à comunidade internacional uma singular vocação ultramarina. Esta posição se radicalizou quando, diante das pressões descolonizadoras externas, Portugal esgrime o argumento da suposta existência de uma irreversível conexão emocional entre Metrópole e colônias. Tratava-se de uma espécie de “política colonial dos sentimentos” que bebia, com entusiasmo, das fontes lusotropicalistas criadas por Gilberto Freyre: “Somos pobres materialmente, mas ricos de espírito”, ou “Somos um país pequeno, mas o nosso coração é grande”, rezavam alguns dos *slogans* preferidos da época. Em grande medida, esta dimensão da emocionalidade permite abordar, de forma singular, os processos de construção do Outro – como um “próximo-distante” – e como um virtual membro da “família” lusa.

No caso dos chineses da Beira, seu talento para exercer o papel de bons portugueses residia também em outros dois bons atributos igualmente valiosos para a administração colonial. Primeiramente, tratava-se de uma comunidade que descendia dos velhos opositoristas republicanos, mais tarde contrários ao regime de Mao Tse-Tung. Situavam-se, portanto, nas antípodas da “ameaça comunista”. Em segundo lugar, o *habitus* dos chineses beirenses – e seu *ethos* sempre orientado para a ascensão social e econômica – acomodou-se sem inconvenientes às investidas modernizadoras da administração portuguesa desse período. Ao mesmo tempo, o exercício dessa modernidade não contradizia a lembrança – em certas festividades públicas – de uma herança civilizacional milenar – como, por exemplo, a comemoração, na Beira, do Ano Novo chinês. A evocação ritual desta data – bem como de outras celebrações – fazia com que ela se tornasse etnicamente inofensiva às pretensões assimiladoras de Portugal; tratava-se, certamente, de um “retorno”, meramente festivo, à China. No entanto, a incorporação simbólica desse passado não destoava do ideal civilizatório português perpassado, muitas vezes, por uma admiração orientalista singular. Ambos os universos “civilizatórios”, longe de se anularem, podiam se admirar e se reconhecer reciprocamente.

Gilberto Freyre no Chee Kung Tong

Tal como anunciamos na introdução, em 1952, o inventor da doutrina lusotropicalista – Gilberto Freyre – visitou, na Beira, os luso-chineses. A visita era parte de uma viagem maior que o escritor brasileiro realizava por várias Províncias Ultramarinas, em virtude de um convite que, na altura, fora-lhe feito pelo ministro de Ultramar, Sarmento Rodrigues. O lugar do encontro de Gilberto Freyre com os luso-chineses foi, precisamente, o Chee Kung Tong Club, ou seja, o velho edifício construído pelos chineses da Beira em 1923. Ali, na presença do governador de Manica e Sofala e de várias autoridades locais, o presidente da Associação Chinesa, Shung Chin, apresentou as boas-vindas a Gilberto Freyre nos seguintes termos:

Nós, os chineses, emigramos para esta cidade da Beira, já lá vão 50 anos, na luta pela vida. Com o nosso trabalho árduo mas paciente, com o espírito de observar as leis e ganhar amizades, gozando da boa administração do Governo Português, de direitos e de liberdades, onde não tem lugar a injusta distinção de raças ou de cores, esforçamo-nos sempre pelo desenvolvimento e progresso desta terra, julgando ter sido grande a nossa contribuição. Assim foi no passado, assim é agora e assim será também no futuro (SHUNG CHIN, 1953: 336).

Aquelas foram palavras que, sem dúvida, buscaram agradar não apenas o visitante circunstancial – neste caso, Gilberto Freyre – mas, também, as autoridades coloniais que estavam presentes. Nesse discurso, o presidente da Associação Chinesa buscou, sobretudo, passar uma imagem de boa consciência e compromisso por parte dos chineses com o futuro de Portugal em Moçambique. O tom assumido corroborava, mais uma vez, os esforços dos membros da comunidade chinesa para se tornarem obedientes cidadãos e bons “portugueses”. Na sequência, o presidente da Associação Chinesa aproveitou o momento para sensibilizar os seus interlocutores acerca do projeto de construção, ao lado das instalações do Club Chinês (Chee Kung Tong), da Escola Chinesa. Indiretamente, veiculam-se àquele relato as estatísticas que a comunidade chinesa da Beira possuía, em 1952, concernentes aos seus próprios membros:

Nesta cidade contamos mais de duzentas e tal crianças, em idade escolar. Precisamos de levantar um edifício escolar conveniente, onde os nossos filhos possam, a par da cultura chinesa, auferir os benefícios da educação portuguesa. As obras desta Escola já consumiram para cima de dois mil contos, sendo necessários outros mil e tal, para que fiquem concluídas. A obra é grandiosa, mas necessária.

Contudo não deixa de ser um compromisso pesado para cento e tal famílias. Ou seja, oitocentas pessoas, pouco mais ou menos, das quais muitas vivem do seu trabalho e labutam com bastantes dificuldades... Amamos o amor, a concórdia e a fraternidade dos povos entre si, bem como entre os indivíduos. Para isto, porém, são indispensáveis a instrução e a educação. E porque sabemos que estas coisas interessam ao Sr. Dr. Gilberto Freyre, a elas nos referimos, como fator de progresso e de desenvolvimento cultural desta progressiva cidade da Beira (SHUNG CHIN, 1953: 337).

Apesar da realidade do trabalho forçado e da persistência do *Regime de Indigenato*, Gilberto Freyre insistia, na época, em anunciar ao mundo a suposta “singularidade” portuguesa. É claro que, em face do triunfo do Partido Nacional na África do Sul, em 1948, e o consequente início do *apartheid*, o discurso lusotropical conseguiria, ao menos durante alguns anos, manter a sua eficácia. Não devemos esquecer que, nesse momento, a UNESCO se disponibilizava a realizar – juntamente com vários sociólogos e antropólogos dos Estados Unidos e do Brasil – um grande projeto de pesquisa sobre “relações raciais” no Brasil. Diante do trauma do genocídio na Europa do pós-guerra e da continuidade da segregação racial nos Estados Unidos, as pesquisas da UNESCO buscavam testar, no terreno, os alcances e os limites da invenção lusotropicalista¹⁹.

De qualquer forma, o auge da narrativa lusotropicalista se daria um pouco mais tarde, entre o final de 1950 e o início de 1960. Em 1947, a Independência da Índia, o posterior auge do nacionalismo pan-arabista e o crescente movimento “afro-asiático” (cujo antecedente marcante é a conferência de Bandung) colocam Portugal em alerta. Efetivamente, mais tarde, Portugal perde Goa, e os “indianos” de Moçambique passam a ser considerados inimigos. Na década de 1950, um novo “perigo” se soma à ameaça desnacionalizadora asiática: a iminente influência do mundo árabe-muçulmano nos processos de emancipação colonial. Portugal tenta reagir. Em 1961, e em face das pressões internacionais, o *Regime de Indigenato*, que separava juridicamente “indígenas” de “assimilados”, é abolido. Com essa medida, ao menos nos papéis, todos os habitantes das chamadas *Províncias Ultramarinas* passam a ser cidadãos portugueses.

19 Sobre esta questão, ver os trabalhos de MAIO (1999a, 1999b).

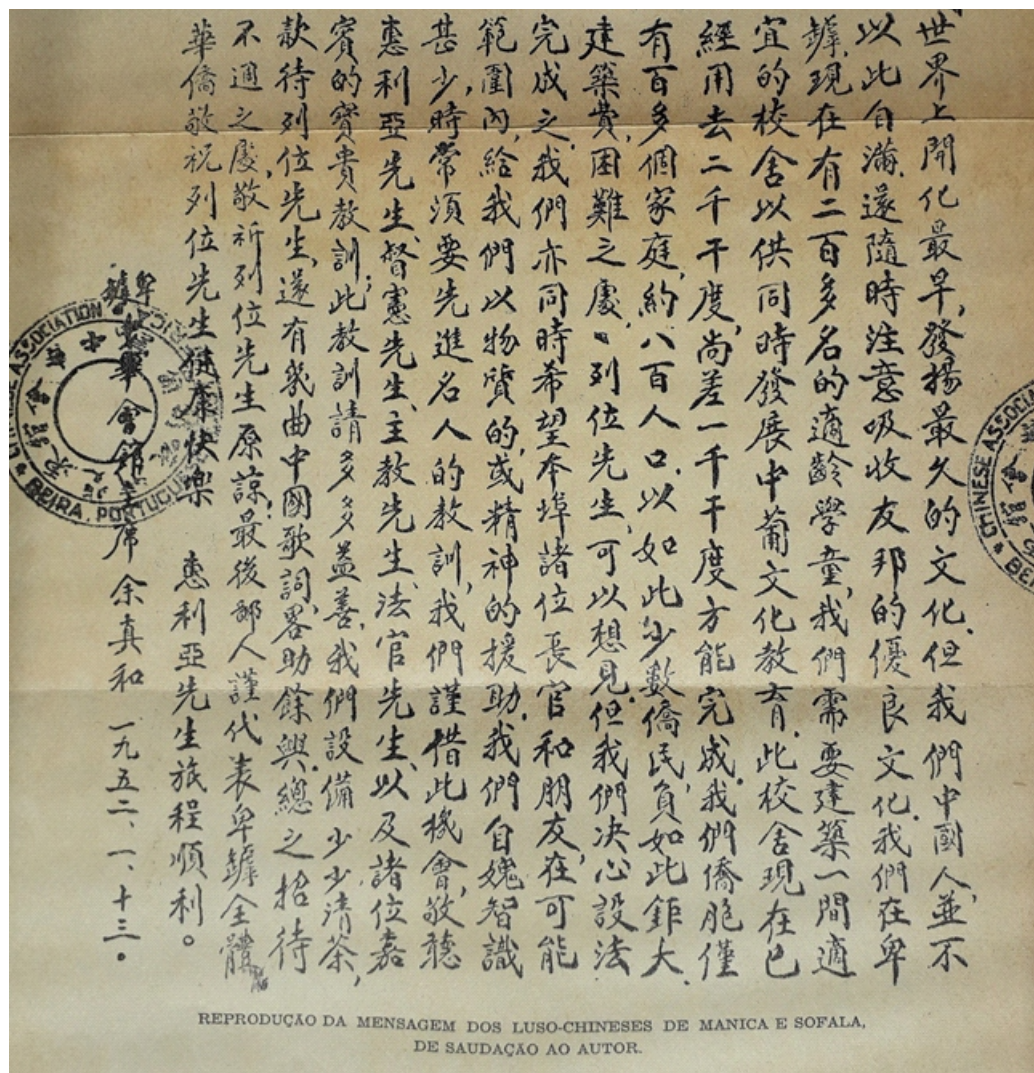


IMAGEM 5: Trecho da nota de saudação que os chineses da Beira endereçaram a Gilberto Freyre, quando este visitou as instalações do Club Chinês (Chee Kung Tong) em 1952. Este documento foi reproduzido na edição de 1953 do livro de Freyre, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Note-se o carimbo “Chinese Association – Beira – Portuguese East Africa”

É nesse período que o lusotropicalismo de Gilberto Freyre faz sua entrada triunfal. O promotor da incorporação das ideias de Freyre à imaginação colonial de Portugal foi o ministro de Ultramar Adriano Moreira – especialista em direito internacional, redator do referido decreto de abolição do *Indigenato* e professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Porém, um antecedente notável da invenção lusotropicalista encontra-se nos discursos que Gilberto Freyre pronunciou ao longo da já referida viagem pelas Províncias Ultramarinas, na década de 1950. Naquele seu encontro com os luso-chineses na Beira, Gilberto Freyre agradeceu a hospitalidade recebida no Chee Kong Tong com um indubitável tom lusotropicalista:

Deve haver alguma coisa de semelhante entre o Brasil e a velha mas sempre moça civilização chinesa, com a qual os portugueses estabeleceram, em Macau, profunda aliança, baseada não na força, mas no amor fraternal, não no poder imperial de uns sobre outros, mas na compreensão recíproca. Deve haver alguma coisa de semelhante entre a China por assim dizer eterna e o jovem e ainda verde Brasil... Folgo de encontrar-vos nesta antiga e histórica província lusitana, em relações da mais amorosa compreensão com a gente e a cultura portuguesas. E agradeço as homenagens, a cordialidade, o carinho com que recebeis aqui um brasileiro: um filho da chamada “China da América” (FREYRE, 1953: 240).

“Amamos o amor, a concórdia e a fraternidade dos povos”, dizia o presidente da comunidade chinesa no seu discurso. Entretanto, Gilberto Freyre insistiria nesse “amor fraternal” que teria caracterizado a relação entre portugueses e chineses em Macau. Para além de uma espécie de “construção colonial da simpatia”, o lusotropicalismo assume aqui – evocando o trabalho de Christian Geffray (1997) – a forma de um “discurso do amor na servidão”. Sem dúvida, naquela época, Gilberto Freyre não podia imaginar que, quase vinte anos mais tarde, muitos desses luso-chineses e seus filhos se instalariam no Brasil²⁰. O destino seria uma cidade do sul do Brasil que muitos chineses beirenses passariam a reconhecer como uma “segunda Beira”: Curitiba.

Catolização e portugalização dos chineses

“Jovens”, “prestimosos”, “conscientes”, “briosos”, “aprumados”, “bons esportistas”, “ordeiros”, “trabalhadores”, “disciplinados” e, sobretudo, “simpáticos”. Estes adjetivos são os que aparecem com mais frequência nas crônicas jornalísticas de 1950 e 1960. Eles funcionam como categorias de adulação e, portanto, como formas classificatórias e criadoras de sentido. A comunidade chinesa da Beira passava a existir através desse sistema de adulação. O esporte foi, para os cronistas da época, uma espécie de mapa, no qual era possível ler e interpretar o “caráter”, o modo de ser, o *ethos* dos chineses. Estas narrativas de afinidade não se produziram num ambiente político neutro. Tratava-se de um período no qual Portugal radicalizava seu discurso “multirracista”, em um contexto de pressões internacionais crescentes para pôr fim à presença colonial nas suas Províncias Ultramarinas. Mas, ao mesmo tempo, era um momento em que os jovens da comunidade chinesa aderiam, cada vez mais, às causas da Igreja Católica local.

A diocese católica da Beira foi criada em 1943. Como menciona Eduardo Medeiros²¹, na década de 1950, muitos jovens chineses se converteram ao catolicismo. Ao que parece, os dois motivos mais importantes que favoreceram essas conversões foram: 1. O elevado número de crianças chinesas que passou a frequentar o ensino oficial português, no qual a educação moral e cívica era obrigatória; 2. A atuação, no seio da comunidade, de um sacerdote português que falava cantonês e possuía alguns fundamentos da cultura chinesa²². Assim, em 1954, um grupo de jovens funda a Associação Católica de Jovens Chineses, graças à intervenção do padre Serafim Bruno Amaral, vinculado, por sua vez, ao famoso bispo da Beira Sebastião Soares de Resende.

20 Alguns anos depois daquele seu encontro com os chineses da Beira, Gilberto Freyre publicou, em 1959, um ensaio intitulado “Por que China Tropical?”, em que reforçava a busca de compatibilidades entre o “Oriente” e o “mundo português”, desta vez, através de analogias entre a *civilização chinesa* e o Brasil (a “China Tropical”): “Duas Chinas cuja presença no mundo moderno tende a tornar-se cada vez mais significativa” (2003:228). Esse ensaio foi publicado, originalmente, em inglês, no livro *New World in the tropics*. Em 2003, ganhou a sua versão em português no volume *China Tropical*, editado pela Editora UnB.

21 Medeiros, Eduardo (s/d).

22 Medeiros (s/d) também ressalta a influência de algumas famílias católicas portuguesas junto aos seus vizinhos chineses, sobretudo na Paróquia de S. João Baptista de Matabane, criada em 1º de setembro de 1963 e entregue à Companhia de Jesus, e na Paróquia do Imaculado Coração de Maria, no Alto da Manga, governada pelos padres Combonianos. A Missão de S. Benedito da Manga, criada em agosto de 1947 e entregue, poucos anos mais tarde, aos Padres Brancos que ali estiveram até a sua saída, em 1971, e governada depois pelos Jesuítas, era essencialmente orientada à comunidade negra, não possuindo por isso um impacto direto sobre os chineses. Já o colégio para meninas, sobretudo “mestiças”, dirigido pelas Franciscanas Missionárias de Cale, na Paróquia do Alto da Manga, foi bastante importante para a comunidade “sino-moçambicana”.

A atribuição de simpatia – presente nas notas jornalísticas mencionadas – cria uma expectativa de reciprocidade iminente e, portanto, a possibilidade de construção de um vínculo moral: o objeto adulado deve responder com um gesto firme e inequívoco para devolver, assim, a confiança que lhe é depositada. Desta forma, as categorias de adulação criam um compromisso virtual para a “colaboração”. Dito de outra forma, a metalinguagem envolvida nessa dinâmica de potenciais afinidades poderia ser traduzida no seguinte imperativo: “você pode ser um dos nossos, mas precisa demonstrá-lo”. De fato, a partir dos primeiros acontecimentos independentistas contra Portugal na África, e, em um momento em que a China maoísta – sobretudo em Angola²³ – começa a apoiar esses movimentos, os chineses de Moçambique tiveram que fazer um gesto inequívoco para evidenciar sua vocação de “bons portugueses”.

Naquele tempo particularmente tenso e conflituoso para Portugal, a comunidade chinesa da Beira não podia defraudar a confiança que, como bons cidadãos, neles havia sido depositada. Nesse sentido, um acontecimento que provocou, por parte dos chineses da Beira, um gesto grandiloquente de apoio a Portugal foi quando, em 1961, desata-se a luta pela independência de Angola. A morte de alguns colonos civis naquele país – provocada pelos seguidores de Holden Roberto da UPA (União das Populações de Angola), e posterior fundador do FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) – criara uma crescente perturbação em todo o Ultramar. A partir desses incidentes, em novembro de 1961, um contingente de dirigentes do Atlético chinês, bem como membros da Juventude Católica Chinesa da Beira, decidem expressar publicamente sua solidariedade com a “família lusa” e doar, em mãos, ao governador da Província de Manica e Sofala, Comandante Lopes Praça, um cheque destinado às “vítimas do terrorismo” em Angola.

Na cerimônia de entrega do cheque – que foi noticiada na primeira página do jornal *Notícias da Beira* – participaram vários membros do Atlético Chinês, como o seu presidente, Po Quin, e o presidente da Juventude Chinesa Católica da Beira, Hon Quin Chee (conhecido como Eduardo Quin). Na ocasião, Chee (Eduardo), encarregado de pronunciar o discurso diante do governador, referiu-se a Moçambique como um “pedaço de terra portuguesa que também já é nossa”²⁴. No final da nota, o jornal informa que, após a cerimônia e a entrega do cheque, “O Sr. Com. Lopes Praça, num brilhante improviso e muito sensibilizado, agradeceu a iniciativa dos jovens chineses a cuja comunidade fez um rasgado elogio”. Alguns meses antes, a primeira página do jornal *Notícias da Beira* publicou uma foto, na qual Po Quin, presidente do Atlético Chinês, entregava ao governador de Manica e Sofala um distintivo do Clube²⁵. Tratava-se de um gesto de boas-vindas ao novo governador que acabava de assumir seu cargo.

A expressão pública de solidariedade para com Portugal, manifestada pela comunidade chinesa da Beira, constitui uma espécie de metáfora da construção colonial da simpatia à qual nos referimos acima, bem como um ritual de portugalização que se reproduziu, também, em vários eventos públicos e cerimônias.

23 Mário Pinto de Andrade, um dos fundadores do MPLA, confirma esse apoio em uma entrevista dada a Michel Laban (ANDRADE, 1997: 162-162).

24 “A Juventude Chinesa contribuiu com o seu auxílio para as vítimas do terrorismo em Angola. Os dirigentes do Atlético Chinês entregaram um cheque ao Governador de Manica e Sofala” (*Notícias da Beira*, 25 de novembro de 1961, p. 1).

25 AHM, *Notícias da Beira*, 04 de fevereiro de 1961.



IMAGEM 7: RITUAIS DE PORTUGALIZAÇÃO [2] Nesta imagem, um dirigente do Atlético Chinês (com a bandeira do Clube) presta reconhecimento ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Franco Nogueira, em visita à Beira, em julho de 1966. A foto foi impressa com um texto no qual se lê: “Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Franco Nogueira, Digníssimo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Salazar, com a mais elevada gratidão do Clube Atlético da Beira (Comunidade Chinesa), pela maneira heróica e desassombrada como tem defendido em toda a parte do Mundo o nosso Querido Portugal Uno e Livre”

O início da dispersão

Entre o final da década de 1960 e início dos anos 70, quando a guerra entre a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e o exército português se fazia cada vez mais intensa, os chineses da Beira – como “cidadãos” de Portugal – começam a ser convocados ao serviço militar para defenderem a bandeira portuguesa. Tempos depois, com a derrota do exército português, são iniciadas em Lusaka as negociações para a independência. Na qualidade de “proprietários” e enquanto suspeitos de cumplicidade com o regime, a comunidade chinesa passa a sentir, a partir de 1974 – ou seja, durante o governo de transição – uma hostilidade crescente. Com a independência, a desconfiança se incrementa: requisições noturnas imprevistas e armadas à procura de “mercadoria escondida”, imposição de trabalhos manuais em momentos arbitrariamente estabelecidos (“varrer a rua”, “fazer pousos” eram, conforme depoimentos de beirenses entrevistados em Curitiba, algumas das tarefas impostas), bem como a obrigação diária de participar nos comícios dos Grupos Dinamizadores²⁶.

Em pouco tempo, a FRELIMO se transforma em um Partido/Estado, cujo discurso de construção da nova nação moçambicana passa, a partir do III Congresso de 1977, pela adesão ao “marxismo-leninismo”.

26 Os Grupos Dinamizadores eram instâncias de mobilização e “esclarecimento” (nas fábricas, nos bairros etc.), cuja função era a de intermediar as orientações do Partido (FRELIMO) e as estruturas locais de organização da sociedade.

A lei das nacionalizações já começara a vigorar. Mesmo não havendo uma “expulsão” deliberada da comunidade chinesa, as referidas mudanças políticas fazem com que os chineses passem, em um curto intervalo de tempo, de “proprietários” simpáticos a “inquilinos” indesejados. O abandono do país – já iniciado entre 1973 e 1974 – intensifica-se logo após a independência. Em alguns casos, a saída foi planejada com certa antecedência, através do acionamento dos respectivos contatos e redes de relações externas. Macau e Taiwan foram alguns dos destinos iniciais; porém, a grande maioria se dirigiu ao Brasil, mais especificamente, à cidade de Curitiba²⁷. Outros se “dispersaram” entre Portugal, Austrália, Canadá e Estados Unidos.

Com a independência de Moçambique, o tênue fio da simpatia – aquele que fazia dos chineses “bons portugueses” – é quebrado. As circunstâncias políticas mudam. No Portugal da Revolução dos Cravos, a figura dos *retornados*, incluindo a dos luso-chineses, passa a se tornar incômoda. Em contrapartida, o Brasil, governado naquela altura por Ernesto Geisel – e no contexto das políticas de recepção para os *retornados* da África portuguesa – permite-lhes o acesso aos vistos de estadia e autorizações de trabalho.

Será essa dispersão, que os chineses da Beira começam a experimentar a partir de 1975, uma espécie de profecia autorrealizada, alimentada pela sua perpétua condição de próximos/distantes? Nunca completamente portugueses, nunca completamente chineses, a possibilidade de um futuro moçambicano para estes outrora “simpáticos” acaba se transformando numa quimera, logo no início do processo da independência: “agora eu sou um africano, de origem chinesa, nacionalidade portuguesa, naturalizado brasileiro”, confessava um dos meus interlocutores em Curitiba, enquanto se lembrava da sua vida esportiva e profissional na Beira dos anos 60.

Não é possível traçar um itinerário comum na experiência dessa dispersão. Os beirenses, cujas famílias possuíam uma rede de relações culturais e comerciais que se estendiam a lugares como Hong Kong, Taiwan ou Singapura, conseguiram construir estratégias de saída e preparar com maior planejamento material suas vidas fora de Moçambique. Já aqueles que, no momento da dispersão, não puderam contar com a ajuda de parentes distantes, tiveram alguma colaboração da parte de funcionários consulares, nos seus respectivos países de destino, sobretudo no Brasil, onde, a partir do mencionado acordo com Portugal, os “retornados” das ex-colônias – incluídos os beirenses – tiveram alguma proteção diplomática. Tal como reconheceu um deles que hoje vive em Curitiba: “nós éramos refugiados de primeira categoria”. Portanto, aqueles que conseguiram sair em melhores condições, puderam levar consigo alguns pertences pessoais, dentre eles suas fotografias de família.

Justamente, as imagens fotográficas que acompanhavam as notas jornalísticas sobre o Atlético Chinês, veiculadas no *Diário de Moçambique* e em *Notícias da Beira*, não são simples imagens de caráter público. Na verdade, elas surgem do próprio universo familiar “íntimo” dos chineses da Beira e, se bem circularam nas matérias às quais fizemos referência, são, como tais, parte de um acervo de memórias abrigado pela própria diáspora.

27 Atualmente, conforme estatísticas que necessitam ser aprimoradas, existem em Curitiba aproximadamente 100 famílias de luso-chineses, o que totaliza cerca de 1.000 indivíduos. Em São Paulo, segundo depoimento dos próprios chineses, existem cerca de 50 famílias.



IMAGEM 6: RITUAIS DE PORTUGALIZAÇÃO [1]: Uma das visitas dos dirigentes do Atlético Chinês ao Governador da Província de Manica e Sofala. Esta imagem foi publicada no jornal “Notícias da Beira”, em 08/02/61. Na foto, Hou Quin Chee (mais conhecido como Eduardo Quin, atualmente residente no Arizona, Estados Unidos) discursa perante o governador, Comandante Lopes Praça. À esquerda de Eduardo Quin, aparece Po Quin e Voi You. Na margem direita da foto aparece Humano Fon Switta, hoje residente em Curitiba [A foto original me foi enviada pelo próprio Eduardo Quin].

Era claro que, no caso dos chineses de Moçambique, a atribuição de simpatia também podia funcionar como um mecanismo de criação, nesse próximo-distante, de um compromisso de reciprocidade, obrigando-os, implicitamente, a devolver, sob a forma de uma lealdade inquebrantável, a adulação e os elogios recebidos. Pois bem, aqui, de forma perigosamente sedutora, os gestos que veiculam o “reconhecimento” do Outro – e as suas respectivas categorias de adulação – englobam outra metalinguagem: aquela que permite vislumbrar essa relação como uma espécie de *double bind*. Nem completamente portugueses, nem completamente chineses; quando os novos ventos políticos mudaram de direção, tanto na Metrópole, como no Ultramar, o único destino possível que restou aos luso-chineses foi a *diáspora*. Com a independência de Moçambique e o movimento de 25 de abril de 1974 em Portugal, os outrora adutores destes “bons inquilinos” perdem espaço no novo cenário local e internacional. Sem mais poderem recorrer a um “pai” – ou a uma “mãe” – que os cobrisse de elogios, os chineses da Beira ficaram, por assim dizer, órfãos. Os “simpáticos” amigos se tornariam, da noite para o dia, ameaçadores inimigos.



IMAGEM 8: Gin Va, capitão do Atlético Chinês, intercambia o distintivo do Clube com o seu par da comunidade chinesa de Bulawayo, Zimbábue. Entre 1950 e 1960, as equipes do Atlético viajavam para disputar torneios tanto na Rodésia (Zimbábue) como na África do Sul. No fundo e no centro da imagem, assomam Chin Hung Fu e Fon Switta

A fotografia – suas práticas e representações – ocupam um lugar central na constituição do *habitus* cultural e de classe dos chineses da Beira. Por volta de 1950, havia na cidade três estúdios fotográficos, cujos proprietários pertenciam a essa comunidade: Foto Estúdio, cujo dono era Eginwo Shung Chin (pai do já evocado basquetebolista João Ping – ou John Ping – falecido em 1984); Foto Beira, de propriedade de Lee King Wing e, finalmente, Foto Central, que pertencia a Kom Loom e quem, atualmente, vive na Austrália. Nas instalações destes Estúdios foi retratada grande parte da vida social, esportiva e cultural dos chineses. Contudo, as fotografias guardadas por essas famílias espalhadas pelo mundo não são apenas fotografias de estúdio. Com efeito, entre o final da década de 1940 e início dos anos 50, muitos deles – comerciantes bem-sucedidos – começaram a adquirir bens de consumo, como aparelhos de rádio, automóveis, toca-discos e máquinas fotográficas. Assim, aos poucos, as máquinas fotográficas deixaram o *estúdio* e adentraram na vida cotidiana. Era possível, agora, deslocar-se e registrar as imagens da comunidade em inúmeros momentos, como piqueniques, bailes da Escola Chinesa, encontros esportivos, passeios, saídas ao “mato” para caça ou pesca, cerimônias oficiais e assim por diante. Meu *encontro*, por assim dizer, com a diáspora luso-chinesa foi, em grande medida, um encontro com imagens fotográficas.

Algum tempo depois das minhas entrevistas e conversas com os chineses beirenses de Curitiba, realizadas entre 2005 e 2009, retornei a Moçambique, percorrendo o caminho inverso ao por eles realizado há mais de trinta anos. No edifício da antiga Escola Chinesa passou a funcionar a escola pública Agostinho Neto; já o velho prédio do Clube Chinês foi convertido em sede regional do ARPAC (Arquivo do Patrimônio Cultural). Mas, para além da “experiência” de percorrer os espaços – sobre os quais eu tanto ouvi falar em Curitiba – era necessário confirmar, através das fontes da época, um protagonismo que, nas narrativas da diáspora, parecia autoevidente. Nos jornais consultados no Arquivo Histórico de Moçambique, encontrei várias imagens embaçadas, as mesmas que, dentre tantas outras, já havia conhecido em Curitiba na sua forma clara, nítida e original. Se em Moçambique essas fotografias não passavam de história depositada nos jornais da época, no Brasil, elas formam parte de um universo de referências muito presente. Para dizê-lo em outros termos, essas imagens possuem – parafraseando aqui o ensaio de Kopytoff (1986) – uma biografia, isto é uma vida social que se confunde com as narrativas da própria diáspora e, como tais, constituem um lugar de memórias ao qual é possível retornar indefinidamente. O fato de ao mesmo tempo pertencerem a um registro público (os jornais) e privado (os álbuns de família) torna-as testemunhas incontornáveis do protagonismo que estes “bons portugueses” possuíram na modernidade colonial da Beira dos anos 50 e 60. Uma modernidade que, diga-se de passagem, nunca se resignariam a abandonar.

Mesmo que alguns beirenses – sobretudo os mais velhos – tenham conseguido, após saírem de Moçambique, manter a “nacionalidade” portuguesa, muitos deles se depararam, no momento das renovações dos seus passaportes – nos consulados portugueses dos países onde se instalaram – com respostas negativas. Tal negação, que consuma sua condição de “portugueses” agora não reconhecidos, tem produzido as mais variadas narrativas que circulam, no seio da comunidade de beirenses espalhados pelo mundo, como mitos de decepção, contados e recontados mil e uma vezes. Dentre estas narrativas, uma das mais conhecidas e ilustrativas se refere ao que aqui poderíamos denominar “o incidente do passaporte”. A causa que provocou tal incidente, ocorrido no consulado de Portugal em Curitiba, teria sido a negação, por parte das autoridades consulares, de conceder a renovação da nacionalidade portuguesa a um beirense da diáspora. A reação a esta rejeição teria sido imediata: ali mesmo, no balcão de atendimento, este “africano, de origem chinesa, nacionalidade portuguesa, naturalizado brasileiro” teria rasgado, uma a uma, as páginas do seu velho passaporte português, lançando-as na cara da funcionária consular. O outrora “simpático” chinês tornou-se indesejável e agressivo.

O incômodo emocional desses chineses da Beira é reforçado pelo aparente paradoxo de que muitos deles defenderam, durante a guerra contra a FRELIMO, a bandeira portuguesa. Tal como desabafava um beirense, atualmente morador de Curitiba:

Eu servi quarenta e cinco meses no exército. Tentei renovar meu passaporte português e fui recusado, pá'. Eles não me reconheceram como cidadão português. Foi uma das razões pela qual eu me naturalizei brasileiro. Não me reconheceram. Nasci em Moçambique, lutei em Moçambique, tive que jurar a bandeira portuguesa como fazem todos os portugueses antes de servir o exército. E, mesmo assim, não me reconheceram.

Os critérios objetivos – e políticos – dos agentes definidores do “nacional” mudam. Com esta mudança, a subjetividade daqueles atores, agora alvos de novas denominações identitárias, passa de um confuso sentimento de “afinidade” a uma clara decisão “eletiva”: “agora, eu me sinto mais brasileiro, por isso me naturalizei brasileiro”. O mal-estar que se instalou entre os chineses beirenses que participaram da guerra passou de uma amarga resignação à veemente constatação de se sentirem, literalmente, usados na sua própria qualidade de chineses e “bons cidadãos”.

Com as mudanças do período pós-colonial, mudou também o estatuto dos chineses beirenses. A independência de Moçambique e o fim da ditadura em Portugal trouxeram novos porta-vozes a um cenário já repleto de sentimentos de desconfiança e apreensão em relação aos outrora “bons portugueses”. Tais sentimentos obedeceram, em parte, às novas circunstâncias nascidas da derrota militar e política de Portugal no Ultramar; ou seja, tratava-se de um momento em que a própria substância que alimentava a ideia de nação se encontrava em plena mudança e precisava, urgentemente, recompor-se a partir de novas bases identitárias e políticas. Portugal atravessava, portanto, o momento limiar no qual devia abandonar os desígnios de sua vocação Imperial e começava a enxergar os desafios do seu iminente futuro europeu. Como portadores de uma cidadania ambígua, os chineses beirenses tiveram, também, que reinventar sua condição de (ex)portugueses nascidos em Moçambique. Entretanto, as memórias em torno do Atlético Chinês bem como as fotografias de família que evocam seu passado esportivo constituem, para eles, uma fonte densa e significativa na produção e a reprodução dessa reinvenção identitária.



IMAGEM 9: Os jovens do Atlético Chinês antes da diáspora. Dos que aparecem nesta fotografia, apenas um ficara em Moçambique. A imagem é de 1962 e foi tirada no Clube Esportivo da Beira:

AGACHADOS		
Número	Nome	Destino após saída de Moçambique
6 (seis)	K. W. Yin	Curitiba, Brasil
Número não visível	Kuak Fu	Macau, China
4 (quatro)	Kwan Vei Quio	Curitiba, Brasil
7 (sete)	Kock Teang	Setúbal, Portugal
À direita	Chin Hong	San Francisco, Estados Unidos
DE PÉ		
À esquerda (treinador)	Fon Switta	Curitiba, Brasil
8 (oito)	Keang	Los Angeles, Estados Unidos
5 (cinco)	Kock Lim	Montreal, Canadá
3 (três)	Ping Sing	Ficou em Moçambique
9 (nove)	Kock Chiang	Portugal
12 (doze)	Yip Q. Quiene	Nova Iorque, Estados Unidos
10 (dez)	Low Man	San Francisco, Estados Unidos

Final: entre o primordialismo e a diáspora

No início de 1950, possivelmente em virtude das exigências administrativas pautadas numa portugalização crescente, o Thung Hua Athletic Club passa a ser denominado Clube Atlético Chinês. Este deslocamento metonímico não constitui um detalhe menor. Tal como ilustra a epígrafe no início deste artigo – em que o escritor moçambicano Mia Couto se recorda das suas andanças de infância pela Beira, na companhia do seu amigo chinês – o “mundo português” e a China eram dois universos entre os quais a comunidade chinesa e seus descendentes se debatiam. Quando o convite para assumir o papel de “bons portugueses” foi, por assim dizer, apresentado de uma forma mais explícita, os chineses da Beira não encontraram inconvenientes em aceitá-lo. Contudo, as circunstâncias sociopolíticas posteriores fizeram com que não pudessem assumir, até as últimas consequências, uma “lusitanidade” que, agora, lhes

era negada com a mesma ênfase com a que antes lhes havia sido oferecida. Em contrapartida, tiveram de se adaptar, como diria Aihwa Ong (1999), a uma “cidadania flexível”.

“Aquele terra é dos gajos”, dizia-me, ao se referir a Moçambique, um chinês beirense que atualmente vive em Lisboa. Percebi que esta frase, pronunciada com um tom de franqueza e confissão, abrigava uma densidade de significados concernentes aos problemas aqui tratados. Talvez não seja óbvio sublinhar que, de acordo com o desabafo do meu interlocutor, a categoria “gajos” deve ser entendida como “africanos autóctones”. Contudo, para além da lúcida e tranquilizadora aceitação das circunstâncias, a frase parecia englobar outra mensagem, desta vez mais melancólica. Algo como uma espécie de fantasia do que não foi, mas que poderia ter sido se “os nossos antepassados não tivessem saído da China”. Ora, este retorno imaginário – e quase inconsciente – a um primordialismo²⁸ perdido oferece, paradoxalmente, as chaves para entendermos a própria dispersão dos beirenses. Uma dispersão que, vale lembrar, reconhece dois momentos e movimentos: a saída de Guangdong a Moçambique e a saída de Moçambique para o mundo (sobretudo para o Brasil). Com o primeiro movimento (a chegada a Moçambique, a partir da segunda metade do século XIX), a marca de “expatriados” parece desaparecer à medida que ingressam no seio da *família lusa*. Como vimos, a década de 1950 foi, para eles, o ápice da portugalização. No segundo movimento, ou seja, a emigração desde Moçambique, a partir de 1974-75, a integração se torna difusa e a diáspora se reforça.

Por fim, é necessário entender o *ethos* dos luso-chineses no contexto de um sistema de relações e de modernidades coloniais no qual o esporte não é, em absoluto, uma dimensão isolada. Por isso, a experiência colonial aqui retratada opera no contexto de uma gramática relacional e multívoca. Para dizê-lo em outros termos: o *habitus* esportivo descrito nas páginas precedentes se relaciona, também, com outros traços distintivos daquela modernidade tardo-colonial: ascensão social; preferências de consumo; sociabilidades (festas organizadas na Escola Chinesa, festas de comemoração, na Beira, do Ano Novo chinês); a prática da fotografia e do turismo local, que permitiu a “descoberta” de Moçambique, e, finalmente, um cosmopolitismo intrínseco, associado, sobretudo, a uma experiência de mobilidade iniciada no sul da China. Sem dúvida, esse “capital de mobilidade” foi fundamental para os luso-chineses quando, a partir de 1975, tiveram de sair de Moçambique.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Mário Pinto de. *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

_____. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.

_____. *China Tropical, e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira*. Brasília: Editora UnB, 2003.

28 O debate sobre as identidades e as lealdades “primordiais” em ciências sociais é extenso. É possível que a discussão se inaugure com o ensaio de Edward Shils (1957). “Primordial, Personal, Sacred and Civil Ties: Some Particular Observations on the Relationships of Sociological Research Theory”. In: *The British Journal of Sociology*, vol. 8, nº 2, pp. 130-145. Na antropologia, Clifford Geertz retomará a questão em um dos capítulos de *The Interpretation of Cultures* (1973), intitulado “The Integrative Revolution: Primordial Sentiments and Civil Politics in New States”. Quase duas décadas mais tarde, Arjun Appadurai publica “Life after Primordialism”, em seu livro *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

GEFFRAY, Christian. "Le lusotropicalisme comme discours de l'amour dans la servitude". In: *Lusotopie. Enjeux contemporains dans les espaces lusophones*, Paris: Khartala, 1997.

KOPYTOFF, Igor. "The cultural biography of things: commoditization as process". In: APPADURAI, Arjun (Ed.). *The social life of things. Commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 64-91.

MAIO, Marcos Chor. "Tempo controverso. Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO". In: *Tempo Social. Revista de Sociologia*, USP, vol. 11, nº 1, pp. 111-136, 1999a.

_____. "O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, nº 41, pp. 141-158, 1999b.

MEDEIROS, Eduardo Crenças e práticas religiosas entre os sino-moçambicanos da Beira (Moçambique), paper inédito, s/d.

_____. O Clube Chinês da Beira (Moçambique). *Macau*, IIª série, nº 73, 1998.

_____. "Etnia e raça no desporto beirense da época colonial. O caso dos 'sino-moçambicanos'", *Caderno de Estudos Africanos*, nº 26, pp. 43-81, 2013.

ONG, Aihwa. *Flexible Citizenship. The Cultural Logics of Transnationality*. Durham & London: Duke University Press, 1999.

CHIN, Shung "Discurso do Sr. Shung Chin, presidente da Comunidade Chinesa de Sofala e Manica, no Clube Chee Kung Tong, da Beira". In: Gilberto Freyre, *Um Brasileiro em Terras Portugêsas*. Op. Cit., pp. 335-337, 1953.

YAP, Melanie & LEONG MAN, Dianne. *Color, Confusion and Concessions. The History of the Chinese in South Africa*, Hong Kong University Press, 1996.